



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Plano de Trabalho Nº 274/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

PARTÍCIPES:

1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Avenida Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundo, CEP 64.075-065 - CNPJ: 06.981.344/0001-05

2. FACULDADE ESTÁCIO DE TERESINA - ESTÁCIO TERESINA

O presente plano de trabalho de estágio obedecerá às normas e condições estabelecidos na Lei nº 11.788, de 25/09/2008, bem como Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí nº. 251/2021, Portarias e Provimentos do TJPI, bem como o TERMO DE COMPROMISSO a ser firmado com a instituição, aluno e este Tribunal, onde todos os normativos que validam o estágio serão discriminados.

Não haverá repasse de valores financeiros entre os partícipes.

Justificativa do estágio:

Conforme art. 1º da Lei n. 11.788/2008, o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”. Visando a introdução do estudante no âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça oferece a oportunidade, através do estágio, para que os alunos possam adentrar o funcionamento do judiciário, desde a parte administrativa até a parte judiciária.

Objetivos do estágio:

O estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho na área que compete a atuação do Tribunal de Justiça.

Objetivos Específicos:

- Aperfeiçoar a formação do aluno de graduação para o exercício das atividades no âmbito dos Tribunais;
- Levar o aluno a aproximar-se da realidade da sala de aula com vivências práticas.

Carga horária e duração:

- O estágio terá a duração de 03 (três) meses, a contar da assinatura do Termo de Compromisso, podendo ser renovado por igual período.
- O regime de Estágio implica na obediência de uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, em horário de funcionamento do Poder Judiciário, sem prejuízos das atividades discentes, conforme determinado nos editais de processo seletivo e Lei supracitada.

Descrições das atividades:

- Auxiliar os membros e servidores do Poder Judiciário junto aos quais servir, podendo fazer-se presente na formalização dos atos e termos processuais, administrativos, bem como em todos os atos inerentes e compatíveis com a programação curricular;
- Auxiliar os membros do Poder Judiciário no exame dos autos e papéis, elaboração de relatórios de sentenças e acórdãos, realização de pesquisas, organização de notas e fichários,

controle de recebimento e devolução de autos, dando-lhes ciência das irregularidades que observar, bem como de qualquer retardamento injustificável de feitos em cartório:

- Realizar conciliações nos procedimentos admitidos por lei sob a orientação do juiz ou supervisor.

Avaliação do estágio:

O aluno será avaliado em todas as etapas do desenvolvimento do plano de trabalho seguindo o cumprimento e a qualidade da execução das tarefas solicitadas, bem como por meio da entrega de avaliação do estágio realizada pelo supervisor de estágio ou a chefia imediata, respeitados os seguintes critérios avaliativos para aprovação ou não do estagiário:

- Pontualidade e assiduidade.
- Cumprimento das normas institucionais.
- Proatividade e organização.
- Ética e sigilo profissional.
- Relacionamento com a equipe de trabalho.
- Relacionamento com a chefia imediata.
- Desenvolvimento das atividades designadas em tempo hábil.
- Gerenciamento de conflitos.
- Aplicação dos conhecimentos técnicos.
- Postura profissional.



Documento assinado eletronicamente por **TALITA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Melo Barreto, Usuário Externo**, em 09/08/2023, às 18:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 17/08/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4538161** e o código CRC **76CA2E33**.